

# Gama contesta a rejeição

Há interesse político em que o Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal não seja instalado no Gama. Esta é a convicção de Claudio Alcântara, vice-presidente da Comissão Regional de Cultura daquela cidade-satélite, inicialmente escolhida para implantação da mais nova indústria de cinema do País. Disposta a levar a disputa adiante, a Administração Regional apresentou novas áreas para a concorrência, reapresentou dois dos três terrenos recusados, começa a festa de aniversário da localidade com o tema "O Pólo é Nosso", no próximo dia 4, e aguarda ansiosa a decisão da Justiça para o mandado de segurança impetrado pelo deputado Agnelo Queiroz (PC do B) prevista para terça-feira que vem.

Alcântara acusa a comissão técnica que recusou os três espaços apresentados pelo Gama de mal ter olhado as áreas escolhidas. Diz que de técnicos os relatórios não têm nada, por estarem contidos em três páginas de papel sem timbre. Queixa-se por não ter sido avaliada uma quarta opção. Afirma que há ilegalidade porque a recusa não foi votada pela Câmara Legislativa. E reclama por não ter podido se manifestar na reunião de apresentação do relatório técnico.

"Isso é um golpe. Ganhamos o Pólo democraticamente, no voto. Aí vem uma equipe técnica, não faz medições, não traz aparelhos para medir ruídos de aviões que só existem no Rio de Janeiro, olha os terrenos de longe e nos tira esse direito. É a repetição do regime militar", acusa Alcântara. Para ele, esse é um jogo de cartas marcadas para dar vitória a Planaltina, defendida na Câmara Legislativa por Salviano Guimarães, que é daquela cidade-satélite. "O edital de concorrência foi feito só para disfarçar, porque pegaria mal para o governo deixar transparecer esse favorecimento", acrescenta.

## O melhor lugar

André Gustavo Stumpf, secre-

tário executivo do Pólo de Cinema, rebate as acusações de Claudio Alcântara com o volumoso relatório da comissão técnica de avaliação na mão. Recheado de mapas e pareceres da Terracap, Caesb, Instituto de Aviação Civil e outros órgãos, todos em papel timbrado, o documento contém as três páginas conclusivas a que Alcântara se refere. "De fato, essas não estão timbradas porque sequer carimbos o Pólo ainda tem", justifica. E responde às acusações uma a uma.

Stumpf confirma que foram feitas só duas visitas pela equipe técnica às áreas. Mas diz que aconteceram oito reuniões da comissão para chegar à conclusão com base nos estudos que cada órgão envolvido fez dos espaços, utilizando-se da documentação e mapas que têm de cada um deles. E informa que técnicos do Instituto de Aviação Civil vindos do Rio foram aos locais medir os ruídos emitidos pelos aviões que os sobrevoam.

Ele admite que a quarta opção não foi considerada por ter sido apresentada às 10h25 de 6 de setembro, sexta-feira, porque o prazo para o relatório acabava dia 8, domingo, e não dia 11, como afirma Alcântara. E assegura que a lei não previa votação para aprovar a recusa do Gama, não indicando como proceder nesse caso.

"Não há favorecimento político para ninguém. Estamos aqui para cumprir a lei. Queremos o melhor lugar para o Pólo, onde quer que ele seja", afirma Stumpf. E sublinha que o parecer técnico é "irrefutável e foi votado por unanimidade". Informa ainda que o documento sempre esteve à disposição da administração e da comunidade do Gama. "Eles é que não procuraram", acusa. E alega que no dia da apresentação Alcântara, chegou uma hora atrasado e a reunião já estava em outro item da pauta. "Ninguém podou a palavra dele", conclui.